

INTERAÇÕES ESTABELECIDAS ENTRE ALUNOS SURDOS E OUVINTES: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Dilmar Rodrigues da Silva Júnior¹
Marília Carollyne Soares e Amorim²
Joycy Beatriz Moreira Maia³

RESUMO

A educação no mundo pós-moderno tem passado por uma reconfiguração de práticas culturais, saberes, regras e valores com vistas às singularidades da demanda em que constantemente é atendida nos espaços institucionais (in) formais. Essa nova roupagem educacional à que estamos nos referindo, trata-se do processo de inclusão de alunos com deficiência, em sentido particular, os alunos surdos com o processo de inclusão nas classes regulares. Diante disso, o presente artigo tem por objetivo analisar a relação entre alunos surdos e ouvintes no cotidiano escolar. O estudo nos mostra que mesmo diante da política de inclusão, o surdo então foi marcado desde o princípio da história por sua diferença, com concepções falsas ou errôneas sobre sua condição de não ouvinte, ocasionando, sérias sequelas no seu desenvolvimento intelectual, passando desse modo por muita dificuldade para o surgimento do seu processo inclusivo nas diversas esferas da sociedade. Referenda-se que por enfrentar todas as dificuldades na relação de linguagem, comportamentos e hábitos entre alunos surdos e ouvintes, os professores sentem dificuldade em lidar com diversas situações no contexto da sala de aula, diante da tomada de conhecimento sobre o contexto afetivo/particular e/ou social do aluno, para que assim, possam desenvolver saberes e mobilizá-los no seu itinerário educativo.

Palavras-chave: Aluno, Inclusão, Interação, Intérprete, Ouvinte.

INTRODUÇÃO

O surdo por muito tempo foi tratado como incapaz, ocasionando sequelas que fizeram com que esse desistisse de aprender e adquirir conhecimentos. Essa história foi mudando e aos poucos tiveram várias conquistas. E, finalmente depois de algumas conquistas, puderam ter acesso as escolas regulares, mas não significa dizer que todos os problemas desses indivíduos foram sanados, pois somente a matrícula desse público em escolas regulares não significa dizer que a inclusão esteja acontecendo, pois tem que haver adaptações por parte da comunidade escolar, para que esses alunos se sintam realmente incluídos na sociedade.

Posto que a falta de linguagem oral prejudica muito o ingresso dos não ouvintes na escola, assim, as instituições de ensino devem planejar seu itinerário, de tal modo que possibilite

¹ Aluno do Programa de Pós- Graduação em Educação- Mestrado, UFPI, dilmar.jrcxs93@outlook.com

² Aluna do Programa de Pós- Graduação em Educação- Mestrado, UFPI, mariliacarollyne@hotmail.com

³ Aluna do Programa de Pós- Graduação em Educação- Mestrado, UFPI, joycymaiareis@gmail.com

a aprendizagem do educando, para que os alunos possam estar compartilhando suas culturas e passando a interagir com discentes ouvintes. Isso significa dizer que as escolas, no tocante do seu processo inclusivo, elabora um planejamento, vislumbrando melhorias ao espaço, formação de professores, recursos adequados entre outros aspectos cruciais ao fazer pedagógico.

Pretendemos investigar essa temática sob o olhar de como ocorre a relação entre os discentes surdos e ouvintes no cotidiano do ambiente escolar, através de uma vasta literatura sobre o assunto em estudo. O aluno surdo tem a sua própria autonomia, mas também, existem alguns aspectos em sua vida cotidiana, inclusive pedagógica, que possibilitarão o conhecimento, articulação na dimensão libertadora. Isso mostra que o aluno surdo, não depende única e exclusivamente do seu intérprete, mas também, antes de tudo, o docente precisa identificar elementos de vida social e individual desses alunos no ambiente em que vive e como faz para se relacionar com ouvintes.

As discussões no campo da educação na atual literatura, e é objeto de articulação entre as políticas de educação, contida e sustentada pela Constituição Federal, a atual LDB n.9394/96, o Plano Nacional de Educação, bem como a política nacional de educação especial na perspectiva inclusiva. São documentos, diretrizes e decretos que tem base teórica-epistemológica sustentada com as discussões de diversos autores no campo da educação especial, com vistas a proporcionar uma educação igualitária a todos os alunos, promovendo seu acesso e permanência na escola.

Temos alguns aportes teóricos-epistemológicos que utilizamos no corpus deste artigo, dentre eles, destacam-se: Honora; Frizanco (2009), Soares (1999), Luchesi (2012), Fernandes (2008), documentos como a LDB 9394/96 entre outros, tecendo importantes contribuições de modo a suscitarmos compreensões mais avançadas sobre nosso objeto de investigação, entre outros referenciais.

Temos o seguinte problema de investigação: como acontece a interação e comunicação entre alunos surdos e ouvintes no ambiente escolar no seu convívio diário? Partimos da hipótese: a relação entre alunos surdos e ouvintes pode implicar na aprendizagem dos alunos, por não se sentirem iguais aos demais e tornando a convivência no ambiente escolar difícil. Trazemos os seguintes objetivos para a pesquisa: analisar a relação entre alunos surdos e ouvintes no cotidiano escolar; identificar como ocorre o primeiro contato dos alunos (surdos e ouvintes) e ainda, caracterizar a possível relação estabelecida entre alunos surdos e ouvintes.

Este estudo nos traz uma relevância social no campo da inclusão de alunos com deficiência, uma vez que a profundidades das leituras, contribuem para nos situar como pesquisadores no campo da educação, sensibilizando a identificar as limitações dos alunos e

trabalhar em cima de cada uma delas. É possível ainda mostrar o caráter excepcional na organização, sistematização e mobilização dos saberes docentes no âmbito da sala de aula partindo da premissa de que as singularidades dos alunos merecem um olhar especial sobre os contextos os quais as crianças estão inseridas.

METODOLOGIA

No primeiro momento foi realizada a pesquisa bibliográfica onde se fez uso de materiais já elaborados: livros, artigos científicos e documentos eletrônicos com abordagens acerca das interações estabelecidos entre alunos surdos e ouvintes no contexto da sala de aula, como forma de compreendermos a tessitura formativa do conceito e as bases teóricas que socializam e nos levam reflexões sobre o nosso objeto de estudo. Foram coletados diversos materiais neste estudo, incluindo livros e artigos diversos que abordam a temática, além de outros textos complementares situados em blogs e artefatos imprescindíveis para a construção desta pesquisa.

Após a leitura de todo esse material, fomos escrevendo fichamentos, de forma a tecer por escrito as compreensões de citações de autores clássicos ou contemporâneos, que abordam a temática em estudo. Após isso, categorizamos os subtítulos de discussão do artigo para fins de construção e execução acadêmica.

Sendo o objeto deste estudo a compreensão acerca das interações estabelecida entre alunos surdos e ouvintes no contexto da sala de aula. Esta investigação se inscreve na abordagem qualitativa: Primeiramente, porque o pesquisador procura aprofundar-se na compreensão dos fenômenos que estuda – ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente e contexto social – interpretando-os segundo a perspectiva dos participantes da situação enfocada. (...) Assim sendo, a interpretação, a consideração do pesquisador como principal instrumento de investigação e a necessidade do pesquisador de estar em contato direto e prolongado com o campo, para captar os significados dos comportamentos observados, revelam-se como características da pesquisa qualitativa. (ALVES, 1991, p.15).

Segundo, porque o próprio título qualitativo, “partilha o pressuposto básico de que a investigação dos fenômenos humanos, sempre saturados de razão, liberdade e vontade, estão possuídos de características específicas: criam e atribuem significados as coisas e as pessoas nas interações sociais e estas podem ser descritas e analisadas, prescindindo de quantificações estatísticas” (CHIZZOTTI, 2006, p.29).

Consideramos a afirmação de Chizzotti, mostrando que o estudo qualitativo parte de uma análise profunda da pesquisa acerca da diversidade de acontecimentos pelos quais os

sujeitos e o objeto de estudo se inter cruzam. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, baseia seus métodos e procedimentos de investigação elevando a analisar e identificar soluções para os problemas em estudo, neste caso, firmamos a ideia das práticas de inclusivas em sala de aula, no que diz respeito às interações estabelecidas entre alunos surdos e ouvintes, com a mediação do professor em sala de aula.

REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de analisarmos a relação entre alunos surdos e ouvintes no cotidiano escolar, daremos ênfase neste referencial teórico – epistemológico trazendo as discussões empreendidas por diversos autores no campo da inclusão escolar, dada a complexidade em torno das reflexões tecidas associando ao contexto real pertinente na educação especial: Bordenave e Pereira (1986), Carvalho (1997), Lodi e Lacerda (2009), Machado (2009), Mantoan (2006), Soares e Carvalho (2012).

A seção a seguir aborda os resultados das investigações desenvolvidas acerca do nosso objeto de estudo, pautado nas interações estabelecidas entre alunos surdos e ouvintes, dando ênfase à tessitura dos desafios e possibilidades revelados pelos teóricos dadas às singularidades humanas, afetivas, psicológicas e sociais que interferem o contexto escolar.

Interações estabelecidas entre alunos surdos e ouvintes: desafios e possibilidades revelados

A iniciação do surdo no campo educacional ocorreu por intermédio da educação especial, que é uma modalidade de ensino que é destinada as pessoas com necessidades educativas especiais, com o intuito de respeitar a individualidade e diferença de cada um. Segundo Carvalho (1997, p. 23-24):

A educação especial traduz-se por práticas pedagógicas que respondem, positivamente, à diversidade do alunado no contexto de uma escola para todos. Trata-se de oferecer respostas educativas centradas no processo de construção da cidadania, de todos os alunos, deficientes ou não.

O sistema educacional brasileiro sofreu grandes transformações para assim oferecer uma educação inclusiva, tendo como princípio uma escola que atendessem a todos, estando preparada para lidar com a diversidade, centrada principalmente no desenvolvimento dos alunos. E para isso acontecer, é necessário que a escola tenha recursos necessários para esses

processos de inclusão, fazendo o elo entre esses alunados e os conhecimentos no ambiente escolar, ele deve ser estimulado, da mesma maneira que os outros alunos são. Portanto caberá ao professor usufruir de estratégias para tentar minimizar as desigualdades entre ambos.

A história traz continuidade e as adaptações para o atendimento de pessoas com deficiências vêm acontecendo e a proposta da educação inclusiva vem abrindo caminhos para essa escolarização. E foi nessa perspectiva que surgiu o atendimento educacional especializado. Que segundo Mantoan (2006, p. 48):

Para implantação do referido atendimento educacional especializado, a LDB 96 prevê serviços especializados e serviços de apoio especializados (art.58) e Res.2/01 assegura “recursos e serviços educacionais especiais, organizados e institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns...” (art.3º).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferta serviços educacionais e organiza recursos pedagógicos para a participação dos alunos, considerando a necessidade de cada um. E de acordo com Machado (2009, p. 128-129):

O atendimento educacional especializado, no caso da surdez consiste em:

- a) promover a aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras), para alunos surdos que optaram por aprendê-la. O ensino da Língua de sinais é feito pelo professor de Libras;
- b) Coordenar, juntamente com o professor de Libras, cursos de formação, para serem realizados nas unidades escolares;
- c) Promover aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita. É preciso levar em conta vários estudos sobre a aquisição dessa língua pelo aluno surdo;
- d) promover conceitos básicos do conhecimento escolar em Libras;
- e) encaminhar para serviços de fonoaudióloga os alunos surdos que optarem pelo sistema de oralização;
- f) adequar materiais didáticos- pedagógicos que promovam experiências visuais de ensino aos alunos surdos;
- g) estabelecer parceria com a área de saúde para que as avaliações auditivas e tecnológicas que melhoram a capacidade auditiva sejam providenciadas.

A proposta que se tem do atendimento ao surdo, o processo educacional melhorou seu sistema, ao estabelecer o acesso a esse atendimento, em que proporciona as crianças e adolescentes, meios cabíveis de inclusão e socialização podendo assim aprender a superar novos obstáculos e possibilitar novos conhecimentos. Mediante Machado (2009), o AEE é um atendimento que complementa o ensino das crianças com necessidades especiais, ele abrange instrumentos que proporcione ao infantil com deficiências, a eliminarem barreiras para poderem se relacionar com o ambiente em que vive. Nessa perspectiva é importante salientar

que esse atendimento só pode ser realizado por professores especializados, pois a proposta visa o desenvolvimento desse educando tanto no convívio escolar quanto no convívio social.

Conforme Soares e Carvalho (2012), a resolução propõe a atuação de superespecialistas, que devem executar um plano de atendimento educacional especializado, o profissional especialista tem que organizar o ambiente para atender aos alunos com diferentes deficiências, tem que estabelecer parcerias com áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de vários recursos de acessibilidade, sempre orientando os professores e as famílias sobre os recursos pedagógicos que podem auxiliar esses alunos, promovendo a participação nas atividades da escola.

Considerando, portanto, as afirmações acima, o AEE contribui para o desenvolvimento de habilidades e competências que complementam o que o aluno está estudando na sala regular, pois a qualidade dos recursos e do ensino colaboram de uma forma significativa para que a inclusão aconteça e esses alunos sejam inteiramente beneficiados com esse atendimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de todas as leituras compreensivas de modo a compreendermos acerca da interação de alunos surdos e ouvintes em sala de aula, iniciemos essa discussão enfatizando o papel do intérprete em seu caráter profissional, que domina a língua de sinais, e que está preparado para desempenhar essa função, ele compreende não só a língua de sinais mais a língua brasileira, ou de outros países.

Segundo Lodi e Lacerda (2009), a história do intérprete surgiu durante a Primeira Guerra quando nos Estados Unidos, houve a necessidade de interpretação do inglês e o francês. Pois, no período de Grandes Guerras Mundiais havia a interpretação consecutiva entre essas línguas, e devido a esses acontecimentos foi criada a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que resolvia questões ligadas a tradução das línguas.

O intérprete exerce a responsabilidade de interpretar, pois o surdo depende da presença do mesmo para adquirir o conhecimento, ele tem que ter influência entre as duas línguas, pois o domínio faz com que o profissional que estão interpretando possa ir além de uma simples tradução, (a mesma refere-se ao processo que envolve uma língua escrita, assim a tradução é feita de uma para outra), porque ele tem que repassar a mensagem de forma correta.

Ao inserir o intérprete em sala de aula ou em outro ambiente, o surdo então passa a ser valorizado, podendo adquirir os conhecimentos repassados, e dessa forma a presença desse

profissional assegura a comunicação entre os ouvintes e outros surdos. E de acordo com Lodi e Lacerda (2009, p. 66):

Em relação ao papel do intérprete em sala de aula, verifica-se que eles assumem uma série de funções (ensinar língua de sinais, atender a demandas pessoais do aluno, cuidados com os aparelhos de amplificação, atuar frente ao comportamento do aluno, estabelecer uma posição adequada em sala de aula em relação a alunos surdo e ouvintes, atuar como educador frente a dificuldades de aprendizagem do aluno) que o aproximam muito de um educador.

Nesse sentido, o papel do intérprete contribui muito para o desenvolvimento do aluno surdo, porque ele traz um espaço à pessoa surda em que ela vai ter possibilidades para que a mensagem chegue de forma correta e coerente, e assim as proporções de crescimento do surdo aumentam muito.

Pois a função do intérprete é ouvir e repassar a informação respeitando as estruturas da língua de sinais, e embora muitas vezes os ouvintes pensarem que a educação do surdo é de inteira responsabilidade do intérprete, o seu papel é trazer a língua alvo para a língua materna ou fazer o contrário mais há uma parceria entre profissionais (professor, intérprete), sendo que cada um cumpra sua função, e assim promova a aprendizagem desse alunado.

A luz de Lodi e Lacerda (2009, p.67), “no Brasil, a Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002, reconhece a legitimidade da LIBRAS e com isso seu uso pela comunidade surda ganha respaldo do poder e dos serviços públicos”. Um grande ganho para a comunidade surda o reconhecimento dessa lei, tendo como base que o direito a educação seria outro. Daí pode-se perceber que as escolas regulares, estão amparadas pela lei para receber os surdos nas classes regulares de ensino. De acordo com as autoras “[...] a Lei nº 10.436 só foi regulamentada pelo decreto 5.626, em dezembro de 2005, o que fez com que as providências e encaminhamento daquilo que estava previsto ficassem refreados, aguardando a legislação pertinente” (LODI e LACERDA, 2009, p. 67).

Essa lei garante em sala de aula a presença do intérprete como um meio de comunicação entre surdos e ouvintes, e para que essa comunicação ocorra é preciso que o profissional seja capacitado em LIBRAS, proporcionando ao aprendente receber todas as informações e conteúdos em sua língua dando subsídios para que a inclusão de fato aconteça e para que, o surdo não fique sem escolarização.

Nesse sentido, buscamos refletir na próxima seção de discussões, o cenário das práticas pedagógicas do instrutor de libras mediada pelas potencialidades dos seus saberes e fazeres articulados e mobilizados no cotidiano da prática pedagógica em salas de recursos multifuncionais.

Instrutor de Libras x professor na sala de recurso multifuncionais

O caminho da comunicação entre o surdo e seus professores, é um caminho muito difícil, porém não é impossível, para que essa relação exista é necessário que o educador tenha interesse em entrar nesse processo inclusivo, através da Libras, para isso é necessário inserir a Libras em toda a comunidade escolar, principalmente aos professores, com isso a relação acontecerá de uma forma mais branda.

Pois o educador encaminha a criança a descobrir seu caminho, como cidadão, e os esforços são recompensados, e os obstáculos superados e que os educandos descubram que a educação é essencial. Mediante Bordenave e Pereira (1986), às vezes o professor é um mal comunicador, e muitos deles se preocupam somente em expor sua matéria, não percebendo que a aprendizagem é um processo psicológico que deve ser provocado. A falta de desejo dos professores de não se comunicar com o aluno surdo, é preocupante, porque a recepção das mensagens passadas por eles pode fugir da realidade dos não ouvintes.

A relação pedagógica implica no desenvolvimento do aluno, porque não basta simplesmente saber da condição do surdo, precisa também levar em consideração as condições de escolarização e de evolução da linguagem. A sala de aula deve ser um espaço em que se reconheça as relações no mundo e com isso buscar soluções que possa prevalecer a relação professor-aluno, tendo em vista que as diferenças diminuam e o processo de aprendizagem aconteça. E segundo Bordenave e Pereira (1986, p. 189):

A tarefa do professor não consiste apenas em conhecer os repertórios dos alunos, mas principalmente em ajuda-los a modificar e aumentar seus repertórios. Este crescimento, entretanto, não é somente quantitativo, mas consiste em uma modificação da estrutura sistemática dos repertórios.

A inclusão do aluno surdo na escola regular requer alterações na forma de ensino. A presença desse discente pede que o professor veja novas estratégias, priorizando alunos surdos e ouvintes. Portanto, a inclusão no ensino regular, evidencia que o sistema educacional tem que promover mudanças e ajustes para atender esse público alvo, e tem que conscientizar toda a comunidade escolar da importância dessas adaptações, e que aprender é um direito de todos.

Considerando o arcabouço crítico-reflexivo acerca da educação inclusiva para alunos surdos, é evidente que no aspecto da prática pedagógica, o professor atua como elemento crucial para a efetivação da inclusão, mesmo diante da diversidade de pensamentos, valores, hábitos e atitudes manifestados pelos alunos, dado as suas singularidades típicas no interior da sala de aula e da instituição escolar. É nesse viés, que a família deve sempre manter o seu papel e atuar como um elo de “parceria” com os profissionais da educação, de modo a melhorar a aprendizagem do aluno deficiente com os demais colegas, sua relação com os professores e funcionários da escola, e na sociedade, de modo geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo empírico, de cunho reflexivo acerca do papel da educação inclusiva, nos permite compreender que o papel da inclusão na escola, ainda assume seu caráter complexo e multifacetado, visto que a necessidade de atualização dos conhecimentos docentes, especialização e formação adequadas para desenvolver um trabalho sólido com a demanda de educação especial ainda encontra-se fragilizado, despertando a noção de incompletude do professor e este, participar de formações continuadas, na área de educação especial, para compreender o aluno deficiente em meio as suas singularidades. Temos visto uma grande missão dos educadores e sua importância cada vez mais para a comunidade. O intérprete de libras então, assume seu papel mediador, de caráter transitório no jogo das aprendizagens significativas de sujeitos e estes, os tornem emancipados possibilidade a sua inserção nas mais diversas instituições sociais.

Revisitando o contexto da empiria ligada ao papel do mediador- intérprete de libras, convém destacar, que este profissional, está apto para fazer a comunicação entre o surdo e o mundo que está ao seu redor, a mediação entre os colegas e as do professor, deixando bem claro que quem educa é o professor e não o intérprete, porque o ele não vai resolver todos os problemas, somente da assistência para que haja uma comunicação entre ambos os lados.

Portanto, este trabalho não encerra aqui, o contexto empírico realizado até o momento nos coloca na visão de melhor aprofundar esse escrito com seu contexto *inlócus* e posteriormente, uma possível publicação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alda Judith. **O planejamento das pesquisas qualitativas em educação.** Cadernos de pesquisa, São Paulo, n. 77, p. 53-61, maio, 1991.

BORDENAVE, Juan Díaz, PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e Educação Especial.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

FERNANDES, Eulália. **Surdez e Bilinguismo.** 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.

HONORA, Marcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteve. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais:** desvendando a comunicação usadas pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB.** nº 9394, Brasília, 1996.

LUCHESE, Maria Regina Chirichella. **Educação para pessoas Surdas.** São Paulo: Editora Papiros, 2012.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Uma escola duas línguas letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

MANTOAN, M. T. Egler. Amorim (Org.) **Inclusão escolar: pontos e contrapontos** 1. ed. São Paulo: Summus, 2006.

MACHADO, Rosângela. **Educação especial na escola inclusiva políticas, paradigmas e Práticas.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SOARES, Maria Aparecida Leite; CARVALHO, Maria de Fátima. **O professor e o aluno com deficiência.** São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.